

**ARQUIVO**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Licença de Instalação - LI

PROCESSO N° 7240/2022
LI N° 00303-2022

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal n° 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente - DEMA **habilitado pela Resolução CONSEMA n° 025/2002 - DOE em 12/11/2002**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n° 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução n° 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA n° 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA n° 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução Lei Complementar n°140 de 8 de dezembro de 2011 Resolução CONSEMA 372/2018 de 02 de Março de 2018, CONSEMA 379/2018 de 17 de Agosto de 2018 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos autos Protocolares do Processo Administrativo Municipal N°7240/2022 de 21 de Setembro de 2022 - SEPLAMA/DEMA, expede a presente **LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO - LI** que autoriza a:

I- IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDEDOR/RESPONSÁVEL: COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
CNPJ : 02.016.507/0001-69
ENDEREÇO: Rua Deputado Antônio Edu Vieira
FONE: Pantanal
MUNICÍPIO: Florianópolis / SC
CEP: 88040-901

A PROMOVER A ATIVIDADE DE: LAVRA DE ROCHA PARA USO IMEDIATO NA CONSTRUÇÃO CÍVIL - A CÉU ABERTO, COM USO DE EXPLOSIVOS, COM BRITAGEM E COM RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA.

LOCALIZAÇÃO: COXILHA NEGRA - ESPINILHO
MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CAR:
RS-4317103-7AF5.82DF.6698.4B8B.8ª6E.990B.C880.BD13

Coordenadas: Lat: -31.067791 Long:-55.995572 Sirgas 2000

RAMO DE ATIVIDADE: 530,06

IMPACTO AMBIENTAL: MÉDIO

II- CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto ao projeto:
- 1.1 A área utilizada é de propriedade de Celina Hamilton Albornoz, possuindo uma Autorização do proprietário para extração mineral pela ELETROSUL, conforme autorização anexada na folha 71 do processo.
- 1.2 Matrícula imóvel: 09730 fls nº 01 a 16 livro nº2.
- 1.3 O volume do material rochoso *in natura* a ser removido da área de lavra é 180.725,7 m³, é predominantemente de origem basáltico da Formação Serra Geral, sendo estes Andesitos, para uso imediato nas obras de terraplanagem, pavimentação e obras complementares de implantação do Parque Eólico Coxilha Negra. Sendo gerados 67.327,4 m³ de estérios durante a mineração;
- 1.4 O solo extraído oriundo do decapeamento será de 67.327,4 m³. Sendo este, estocado em forma de pilhas de 3m de altura, para posteriormente recuperar a área degradada.
- 1.5 O projeto de recuperação da área degradada deverá ser implantado concomitantemente à atividade minerária;
- 1.6 A lavra se dará a céu aberto, com formação de bancadas e serão utilizados explosivos, caso a retirada mecânica não seja possível.
- 1.7 Após os trabalhos de corte e remoção de material rochoso *in natura*, deverão remodelar o terreno, refazendo perfil de solos, entregando a área para pastagem;
- 1.8 Os taludes devem atender ao projeto, mantendo inclinação de 45° ou menor, de maneira a buscar estabilidade geotécnica;
- 1.9 **A atividade de extração mineral somente poderá se iniciar após a emissão da Licença de Operação.**
- 1.10 A área requerida junto a ANM, sob protocolo SEI 48052.910728/2022-86 é de 9,95 ha.
- 1.11 As devidas demarcações e utilizações da área deverá atender a Resolução CONSEMA 347 de 2017.
Poligonal ambiental: 12,81 ha
Poligonal ANM: 9,95 ha
Poligonal útil: 11,52 ha
Poligonal de extração: 9,53 ha
- 1.12 **O material extraído não poderá ser comercializado.**
- 1.13 Somente poderão ser iniciados os trabalhos de decapeamento após serem construídas e mantidas desobstruídas as valetas de drenagem no entorno da área afetada e da bacia de sedimentação, que deverá receber o aporte de detritos oriundos da área decapeada.
- 1.14 Deverão ser confeccionadas leiras em torno do lote, a fim de evitar carreamento de material para áreas limdeiras.
- 1.15 Deverão ser instaladas valas de drenagem, de águas pluviais e decantadores na porção final destes, com o próprio material do solo de forma a não permitir carreamento de materiais.
- 1.16 Os decantadores bem como as valas, deverão respeitar a distância mínima de 5 metros da cerca limdeira.
- 1.17 Somente poderá ser considerada a poligonal da área útil conforme apresentados para o empreendimento no processo administrativo próprio de solicitação de LPI, com tabela de coordenadas, Datum SIRGA 2000, dos vértices da poligonal descrita na planilha abaixo:

Ponto	Coordenada LATITUDE	Coordenada LONGITUDE
01	S031°04'12.37"	W055°59'44.30"
02	S031°04'11.28"	W055°59'50.73"
03	S031°04'04.79"	W055°59'50.60"
04	S031°03'56.37"	W055°59'46.96"
05	S031°03'56.37"	W055°59'46.47"
06	S031°03'57.83"	W055°59'37.41"
Coordenadas - DATUM SIRGA 2000		

- 1.18 A poligonal de extração deverá permanecer com suas poligonais estaqueadas até o final a fim de evitar avanços fora da área licenciada.

- 1.19 Os operários e o pessoal envolvidos nos trabalhos deverão utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPIs) apropriado durante as operações.
- 1.20 A rede de drenagem temporária da área de lavra deve contemplar medidas mitigadoras de impacto contra a erosão, lixiviação e carreamento de partículas do terreno da AID, aumento de turbidez das águas e deposição de partículas na AII.
- 1.21 Deverão ser adotados cuidados e técnicas adequadas para evitar o carreamento mineral da área de lavra para o sistema de drenagem pluvial.
- 1.22 **Somente poderá operar uma frente de lavra, evitando a desordenação da lavra;**
- 1.23 O projeto de recuperação da área degradada deverá ser implantado concomitantemente à atividade minerária.
- 1.24 Deverão ser estabelecidas medidas cautelares para o extravasamento ou contaminação com óleos lubrificantes e combustíveis, conforme norma vigente, com piso impermeável e caixa separadora de óleos, específica para o abastecimento.

2 - Quanto as Questões Biológicas:

- 2.1 Deverá ser acompanhado o avanço e decapeamento da área, por profissional habilitado no manejo de fauna para possíveis resgates quando necessário, apresentando ao DEMA, relatório de atividades com orientações mitigadoras semestralmente.
- 2.2 Deverão ser orientados todos envolvidos no decapeamento, a responsabilidade de adoção aos devidos cuidados com a fauna e flora.
- 2.3 Deverá ser entregue um relatório de constatação faunístico bem como estratégias de conservação tomadas para o empreendimento nesta fase de implantação.
- 2.4 **Os exemplares de flora presentes na lista estadual de espécies ameaçadas localizados dentro da área afetada pela jazida deverão ser transplantados em local identificado com placas orientativas sobre tal ação, distante no mín. 200m da poligonal da área de extração;**

3 - Quanto as emissões atmosféricas:

- 3.1 Deverá ser utilizado caminhões-pipa para umidificação de estradas e caminhos para minimizar a emissão de poeiras.

III - Com vistas à renovação da LICENÇA DE INSTALAÇÃO o empreendedor deverá apresentar:

- 1.Requerimento solicitando a Licença de Instalação.
- 2.Cópia desta licença Ambiental.
- 3.Documentação individual da propriedade rural.
4. Cronograma atualizado com prazos para a conclusão das atividades de instalação do britador e medidas de controle ambiental a serem desenvolvidas no período de vigência da Licença de Instalação;
5. Anotação de responsabilidade Técnica - ART de execução da instalação do britador com implantação das medidas mitigadoras e compensatórias pertinentes ao meio físico (geólogo/eng. de minas) e meio biótico (biólogo/eng. florestal/eng. agrônomo);
- 6.Comprovante de pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental, conforme artigo nº24 da Lei Municipal nº5060/2006 de 30 de março de 2006;

IV - Com vistas à obtenção da LICENÇA DE OPERAÇÃO o empreendedor deverá apresentar:

- 1.Requerimento solicitando a Licença de Operação.
- Cópia desta licença Ambiental.
- 2.Documentação individual da propriedade rural.
- 3.Relatório de implantação das medidas propostas no Plano de Controle Ambiental para a OPERAÇÃO do empreendimento, contemplando relatório fotográfico de cada etapa.
- 4.Cronograma atualizado para as atividades de lavra e medidas de controle ambiental a serem desenvolvidas no período de vigência da renovação da Licença de Operação.
- 5.Anotação de responsabilidade Técnica - ART de execução da lavra com implantação das medidas mitigadoras e compensatórias pertinentes ao meio físico (geólogo/eng. de minas) e meio biótico (biólogo/eng. florestal/eng. agrônomo).

6. Comprovante de pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental, conforme artigo nº24 da Lei Municipal nº5060/2006 de 30 de março de 2006.

Esta Licença de Instalação só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 2 **(DOIS) ANOS** a contar da presente data.

Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A presente Licença só autoriza a atividade, a área em questão e o empreendedor acima especificado.

Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma sem a prévia autorização deste órgão, através da concessão da LICENÇA DE AMBIENTAL.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

Fica proibido o início das atividade antes da anuência da ANM.

VALIDADE: 27 de Dezembro de 2022 à 27 Dezembro de 2024.

Sant'Ana do Livramento, 27 de Dezembro de 2022.

